

Aprova
em reunião
28/4/2011
✓
b

ACTA 1/2011

-- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e onze, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas – Proposta final; 3) Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM – Dissolução; 4) Desafecção do domínio público; 5) Contrato em Regime de Comodato do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima e propriedade envolvente; 6) Alteração da sinalização de trânsito em vários arruamentos do Concelho de Mafra, durante o ano de dois mil e dez. -----

-- Passavam treze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís António Duarte Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Presidente da Assembleia Municipal), Américo José de Oliveira Peralta, Ana Rute Júlio Azeiteiro, Aníbal Rolim Ferra, António Francisco Machado (Presidente da Freguesia da Carvoeira), António Manuel da Silva Mansura (Presidente da Freguesia da Ericeira), António Manuel Gomes Garcia Branco, António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra), Carlos Alberto André Batalha, Carlos Alberto dos Reis, Carlos Jorge dos Reis Esteves (Presidente da Freguesia de Santo Estêvão das Galés), Cristina Lucília Gonçalves Loureiro, Daniela Filipa Batista da Costa que substituiu Ivo Tiago Marques Caracol, Filipe Miguel Martins Estrela Infante, Hélder Luís Alves Ramos (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro), Hugo Manuel Moreira Luís, João Lima Pereira Gaito (Presidente da Freguesia de Vila Franca do Rosário), Joaquim Manuel Ribas da Costa (Presidente da Freguesia da Malveira), Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz, José Alberto de Barros Quintã (Presidente da Freguesia de Sobral da Abelheira), José João Lopes Costa, Júlio Manuel Lopes, Licínia Correia Batista Quitério, Luís Filipe de Almeida Cordeiro (Presidente da Freguesia do Gradil), Manuel Maria Pimenta, Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões (Presidente da Freguesia da Azueira), Maria Beatriz Severino Gonçalves que substituiu Daniel Duarte Marchante, Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado, Maria Lúcia da Silva Oliveira Carvalho, Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões (Presidente da Freguesia da Enxara do Bispo), Mário João Acúrcio Vicente (Presidente da Freguesia de Cheleiros), Mário Manuel Costa Pereira, Miguel Ângelo da Silva Correia, José Lourenço Alves do Nascimento que substituiu Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia da Encarnação), Paula Cristina Silvério Raposo Borges (Primeira Secretária), Paulo Frederico E. Alves Fernandes Pardal Morcela, Rui Veríssimo Jorge (Presidente da Freguesia de São Miguel de Alcaíça), Sérgio Alberto Marques dos Santos, Teresa Jesus Afonso Alexandre, Tiago Miguel Plácido Nunes e, por último, Luís António Duarte Ribeiro Alves (Segundo Secretário). Faltaram Domingos da Conceição Janota (Presidente da Freguesia da Igreja Nova), Jorge Manuel Simões Duarte, em substituição de Paulo Jorge da Conceição Ricardo (Presidente da Freguesia de São Miguel do Milharado), e Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues (Presidente da Freguesia da Venda do Pinheiro), cujas faltas a mesa da Assembleia Municipal deliberou justificar. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**, colocando-se à discussão a acta número cinco de dois mil e dez. -----

-- Interveio o Senhor Alves Pardal, mencionando que "nada temos a opor relativamente à acta que foi elaborada. No entanto, queremos formular uma nota porque, após a minha intervenção sobre a facturação da água, o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos e referiu que nos iria enviar, nomeadamente aos Grupos Municipais, o contrato de concessão celebrado com a Veolia, assim como os elementos relativos à facturação, o que não consta da acta".

-- Tomou a palavra o Senhor Sérgio Santos, referindo que "gostaria de ver clarificada, na acta, a tomada de posição de quatro elementos do Partido Socialista que votaram contra a proposta apresentada no âmbito do ponto referente à tomada de posição sobre o Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas número quatro de dois mil e dez. Foram eles: Mário Pereira, Daniel Marchante, Renato Santos e eu próprio, Sérgio Santos". -----

-- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que serão introduzidas as correcções solicitadas. -----

-- Prosseguiu-se com a votação da acta número cinco, tendo esta sido aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor do PPD/PSD, sete do PS, dois do CDS/PP, dois da CDU e um do BE, bem como cinco abstenções, das quais três do PPD/PSD e duas do PS. -----

-- Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Filipe Infante. Mencionou que "dado que fui eleito representante do Município de Mafra no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Sintra – Mafra, quero partilhar convosco que participei, no passado dia dezasseis de Fevereiro, na primeira reunião. Recordo que as competências deste Conselho são algo reduzidas, cabendo-lhe sumariamente identificar eventuais deficiências no sistema, dar parecer e acompanhar a implementação dos planos de actividades. Nesta reunião estava presente um responsável da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, bem como o Presidente do Conselho Executivo do ACES, que teve a oportunidade de apresentar o plano de actividades, que recebeu parecer positivo do Conselho da Comunidade. Referiu que, para dois mil e onze, se prevê a continuação da reorganização dos serviços, à semelhança do que tem vindo a acontecer um pouco por todo o país. Estou à disposição para a prestação de quaisquer esclarecimentos adicionais". -----

-- Interveio, também, o Senhor Júlio Lopes, tendo efectuado a leitura do texto da moção que se anexa a esta acta com a designação de "ANEXO UM". -----

-- A Senhora Dona Maria Lúcia Carvalho, na sua intervenção, passou à leitura do documento constante em anexo a esta acta com a denominação de "ANEXO DOIS".

-- No uso da palavra, o Senhor Miguel Ângelo Correia referiu que "a título pessoal, quero manifestar o meu apreço pela evocação a Vítor Alves que aqui foi feita, figura também ligada ao Mafra Recreio Clube. É uma figura ímpar da democracia portuguesa e um mafrense que sempre se orgulhou das suas raízes e, portanto, quero associar-me a este voto. Seguidamente, quero falar de uma questão importante que diz respeito a todos: os Censos, que vão decorrer nos próximos dois meses. Os recenseadores vão deslocar-se a todas as residências para distribuição dos documentos, de forma a podermos saber quantos somos, como somos e aonde é que habitamos. Os Censos têm duas vertentes: população e parque habitacional. É uma operação que ocorre de dez em dez anos, no âmbito das directrizes emanadas pelas Nações Unidas, sendo de extrema importância para o país. Lembremo-nos que grande parte dos fundos comunitários são atribuídos com base nos números da população e até grande parte das verbas atribuídas para as Autarquias têm o coeficiente da população como preponderante. É importante que todos colaborem. Como novidade, temos a possibilidade de preenchimento dos documentos via Internet, mantendo os padrões de sigilo e confiança. Enquanto um dos delegados municipais, quero agradecer a colaboração prestada pela Câmara Municipal de Mafra e também pelos Senhores Presidentes das Juntas, pela cedência de instalações e apoio logístico na constituição de equipas. Também quero salientar o apoio que vai ser necessário por parte da comunicação social, pois, como devem calcular, esta operação propicia situações de burla que, infelizmente, poderão ocorrer. Será importante que todos saibam que os recenseadores do Instituto Nacional de Estatística vão andar devidamente identificados. Em caso de dúvida, os cidadãos não devem abrir as portas das suas casas e devem contactar as forças da autoridade, que têm a listagem dos nomes dos recenseadores. É uma operação complexa, mas fundamental. No caso do Concelho de Mafra, estimativas apontam para um crescimento de trinta e sete por cento desde o último Censo. Bem



sabemos que existem muitos cidadãos que não fizeram o seu recenseamento eleitoral, por isso este é o momento ideal para termos uma noção precisa dos números, o que é crucial do ponto de vista da atribuição de receita, mas também enquanto ferramenta de gestão. Por último, quero felicitar o Executivo Camarário pelo seu pioneirismo, que conduziu à atribuição do galardão Reserva Mundial de Surf. A própria *Save the Waves Coalition*, organização responsável por esta distinção, reconheceu que a candidatura de Mafra, entre muitas a nível mundial, foi a melhor, também pela própria qualidade de toda documentação que foi fornecida, o que traduz o mérito da argumentação. Em Portugal, já se fala que outros que se deixaram ultrapassar – ou seja, que «perderam a prioridade na onda», como se diz na linguagem surfista – agora querem também candidatar-se. Mas, o Concelho de Mafra foi o primeiro a «colocar-se em cima da prancha». A verdade é que o surf na Ericeira é uma mais-valia para o país, é a primeira reserva da Europa e um cartaz de excelência para o nosso Concelho, à semelhança do que acontece com o Palácio e Tapada, que é candidato a Património Mundial da UNESCO. Estamos em dois patamares de referência, um ao nível do património cultural, outro ao nível do património natural – patamares estes que são muito mais relevantes do que iniciativas claramente comerciais como as «Sete Maravilhas de Portugal». Quero ainda dizer-vos que a candidatura a Reserva Mundial de Surf não acabou com a vitória, mas começou agora. É necessário o empenho de todos. O Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas que a Câmara Municipal hoje nos apresenta é uma peça importantíssima para consolidar este esforço. Mas, a verdade é que o plano já estava em marcha independentemente da candidatura. Note-se que a aposta nos desportos de onda já estava definida no Plano de Desenvolvimento Turístico para o Concelho de Mafra. A responsabilidade é ainda maior quando Sua Excelência o Presidente da República envia uma mensagem de felicitações, da qual a Lusa fez eco. Diz assim: «o Presidente da República congratula-se com a designação da Ericeira como primeira Reserva Europeia da modalidade». Sem desprimo, e em jeito de parêntesis, permitam-se só dizer que a Ericeira deve ser entendida como «região da Ericeira», uma vez que também a área geográfica da Freguesia de Santo Isidoro tem ondas de excelência. Continuando, Sua Excelência o Presidente da República dizia também que «considera um estímulo a todos aqueles que ambicionam a um país ambientalmente mais saudável», ou seja, não é só potenciar o surf, como preservar aquele espaço. Termina, referindo que saúda «todos aqueles que promoveram esta entidade vitoriosa, mas também os praticantes do surf». Estas palavras só vêm reforçar a ideia de que a nossa responsabilidade é ainda maior. Cabe-nos a todos preservar, usufruir e promover esta Reserva". -----

-- Inteveio o Senhor Mário Pereira, efectuando a leitura do documento anexo à acta com a designação de "ANEXO TRÊS". -----

-- Tomou a palavra o Senhor Hélder Ramos, dizendo: "Como Presidente da Junta da Freguesia de Santo Isidoro, quero agradecer à Câmara Municipal de Mafra pelo trabalho efectuado. A nossa Reserva Mundial de Surf é a segunda a nível mundial e a primeira a nível europeu. Os agradecimentos são também extensíveis à Associação dos Amigos da Baía dos Coxos e a todas as entidades envolvidas no processo, que muito colaboraram para a concretização desta distinção. Devo dizer que, desde a primeira hora, a Junta da Freguesia de Santo Isidoro se disponibilizou para apoiar o processo, tendo em consideração que, nos quatro quilómetros de costa candidatados, cinco das sete praias fazem parte da área geográfica da Freguesia. -----

-- O Senhor Joaquim Biencard Cruz mencionou que "gostaria de sublinhar vários acontecimentos ocorridos. Em particular, a iniciativa da Tapada Nacional de Mafra que pretende incentivar a leitura junto dos jovens, com várias «Horas do Conto». Queria também destacar que, no Museu de Cerâmica das Caldas da Rainha, está patente uma exposição que alberga várias peças de olaria e na qual Mafra está muito bem representada. A exposição decorre até trinta de Abril e recomendo. Desde a última reunião da Assembleia Municipal, recordo também que os Colégios Miramar e Santo André foram focados na comunicação social, pois o Ministério da

Educação introduziu alterações nos contratos de associação celebrados. Mas, o funcionamento destes Colégios é imprescindível para o Concelho de Mafra, pelo que estas situações devem ser devidamente acompanhadas. Por outro lado, também quero associar-me à homenagem ao mafrense Vítor Alves. Quanto, à atribuição do galardão Reserva Mundial de Surf, considero que é motivo de festa. Relativamente à moção apresentada pelo PS, torno pública a posição do PSD: estamos dispostos a associar-nos, mas não concordamos com os últimos parágrafos. Se estes parágrafos forem retirados, teremos todo o gosto em votar favoravelmente. Finalmente, gostaria de sublinhar que, por iniciativa do Governo, foi criado um prémio musical, denominado «Prémio Machado e Cerveira», que visa incentivar a composição original e a transcrição musical para o conjunto dos seis órgãos da Basílica de Mafra. Considero que é um projecto muito interessante para o Concelho de Mafra". -----

-- De seguida, o Senhor António Branco tomou a palavra, referindo: "fico satisfeito por verificar que, no essencial, o texto da moção merece o acolhimento do PSD. Portanto, corresponde a um sentimento geral do Concelho de Mafra e dos mafrenses: estamos todos muito satisfeitos com a distinção da Ericeira – sendo que, evidentemente, com a marca «Ericeira» se refere toda a região, incluindo a Freguesia de Santo Isidoro. No entanto, este galardão é importante como ponto de partida, pelo que há um conjunto de desafios que estão identificados na parte final da moção. Não são propostas de intervenção concretas, até porque não dispomos de informação suficiente para as elaborar, mas sim quatro ideias-chave que todos, genericamente, aceitamos como boas. Inclusivamente, quando nos referimos à «construção das infra-estruturas locais», elas próprias já foram enumeradas pelos responsáveis camarários. Depois, é preciso perceber que um dos elementos que muito contribuiu para esta candidatura vencedora foi o envolvimento das populações. Portanto, é preciso que as Juntas das Freguesias da Ericeira e de Santo Isidoro estejam presentes na promoção, o que implica «adequadas dotações financeiras», como é dito na moção. Quanto ao terceiro ponto, e quando se diz «promoção e implementação de estratégias adequadas de utilização das infra-estruturas locais como o Parque de Campismo», é evidente que sabemos que este já tem algumas parcerias, mas poderiam ser ponderados protocolos com as associações de surf. Sobre a «criação de novas infra-estruturas de alojamento adequadas a uma população jovem», recordo que, em sede de Assembleia Municipal, foi já apresentada uma proposta de criação de uma Pousada de Juventude. Não quer dizer que seja iniciativa da Câmara, mas é importante o apoio institucional. Finalmente, quando referimos a «criação de um *cluster* turístico, ambiental, desportivo e cultural», estamos a falar de uma ideia que é comum às várias forças políticas. Em conclusão, reforço que estas são linhas de acção que não podem deixar de ser referidas numa discussão se quer aberta e interessante. Portanto, faço aqui o convite à bancada do PSD para aderir a uma proposta que serve os interesses de todos". -----

-- Interveio o Senhor Alves Pardal, dizendo: "quero mostrar a maior simpatia pela moção apresentada pelo grupo municipal do PS. Merece-nos a melhor atenção, tanto mais porque demonstra um esforço de valorização das actividades associadas ao surf. No entanto, o CDS tem vindo a pautar a sua intervenção, nesta Assembleia, por exigir responsabilidades ao Executivo Camarário no que concerne à gestão dos dinheiros públicos. Porque estes dinheiros são de todos nós, somos muito criteriosos quanto à sua aplicação. Estamos de acordo com o texto da moção, mas a verdade é que os quatro últimos parágrafos apelam a uma associação da Assembleia a uma despesa que é da responsabilidade do Executivo Municipal. É o Executivo Municipal que deve avançar ou não com propostas, competindo-lhe a alocação dos meios financeiros necessários e sobre isso deve responder. Por conseguinte, o CDS louva a moção apresentada pelo PS, mas temos de nos afastar dela devido aos últimos pontos que configuram, no nosso entender, uma interferência da Assembleia na esfera de competências da Câmara Municipal". -----

-- Novamente no uso da palavra, o Senhor António Branco salientou:

"congratulamó-nos pelo facto do CDS reconhecer o mérito da moção, mas fazem uma separação entre a responsabilidade do Executivo e desta Assembleia que nos parece um pouco redutora. Por exemplo, o orçamento participativo espelha uma visão aberta, em que os cidadãos têm a oportunidade de tomar posição sobre um conjunto de aspectos importantes para a vida municipal, ainda que enquadrados no espectro de competências do Executivo Municipal. Portanto, quando apresentamos esta moção, não queremos colocar em causa ou alterar as responsabilidades da Câmara Municipal. Antes, queremos confluír, com ideias, para um projecto comum que nos parece muito importante para o Concelho, associado à valorização dos recursos naturais. É uma iniciativa de interesse colectivo que ultrapassa quaisquer divisões de competências entre Câmara e Assembleia Municipal. Assim, senti-me no dever de dizer que não concordo com a visão manifestada pelo CDS/PP, no entanto, todas as forças políticas têm legitimidade para expressar as suas posições". -----

-- Tomou a palavra o Senhor António Ferra, destacando que "esta Assembleia é de festa, já que todos estamos a celebrar a atribuição deste galardão. Mas, estamos a desperdiçar energias, esquecendo-nos dos cidadãos que nos elegeram. Na última reunião da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara esforçou-se, mas não convenceu o BE, para explicar as razões do aumento brutal do custo da água. Ficou de nos elucidar por escrito, o que ainda não aconteceu. Quem vive em Mafra, seguramente já recebeu a factura de Janeiro e pôde verificar esses aumentos, sobretudo no primeiro escalão, que se cifra em oito vírgula seis por cento, o que quer dizer quatro euros. Num ano difícil, em que são os trabalhadores que alimentam o Estado Social, quais são aqueles que conseguem tirar do seu ordenado mais quatro euros para fazer este pagamento? Deixo este desafio: que, numa próxima reunião desta Assembleia, possa ser solicitada a revogação deste aumento". -----

-- Interveio novamente o Senhor Miguel Ângelo Correia, dizendo: "desde a primeira hora, colaborei com esta candidatura, tendo juntado cerca de oito mil pessoas através das redes sociais. Assim, quero explicar porque voto contra esta moção. Acho que ela integra dois assuntos: um, a aprovação da candidatura a Reserva Mundial de Surf; outro, um conjunto de recomendações para o Plano Estratégico do Turismo do Concelho de Mafra que, diga-se, está alinhado com o Plano Estratégico do Turismo Nacional, senão investimentos como o Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas não seriam comparticipados. Além disso, quando se aborda a necessidade de construção de infra-estruturas locais, estas já estão concluídas ou em fase de desenvolvimento. Também não concordo quando se apela ao reforço de competências e dotações financeiras para as freguesias, de modo a que estas possam fazer promoção turística. Esta matéria tem de ser perspectivada à escala nacional. É evidente que temos de reconhecer que nem sempre aqueles que trabalham são recompensados. Senão, como explicar que o Turismo de Portugal atribua cinquenta mil euros por um campeonato do mundo de surf na Ericeira e quinhentos mil euros por um em Peniche? Porém, acho que não devemos descer a uma escala inferior, em que as próprias Juntas de Freguesia fazem comunicação em matéria de surf. Com todo o respeito que tenho por estes órgãos autárquicos, a verdade é que assim duplicaríamos os canais de comunicação e perderíamos eficácia. Ao contrário, parece-me evidente que temos de continuar a alinhar a estratégia municipal com os canais nacionais, como tem acontecido. Seguidamente, sobre as propostas de estratégias de utilização do Parque de Campismo, tenho a dizer que só quem anda distraído é que não reparou que, naquele parque, estão disponíveis as denominadas *teepees*, instalações específicas para os surfistas. É também de louvar, para além do investimento no Parque de Campismo, o reconhecimento dado pelo Município ao turismo rural associado ao surf, devidamente licenciado. Por fim, falar sobre um *cluster* que é, simultaneamente, «turístico, ambiental, desportivo e cultural de actividades diversificadas», é incorrecto. O *cluster* traduz uma especialização numa determinada área. No Concelho de Mafra existem, sim, dois *clusters* a explorar: o primeiro relacionado com o surf e com a indústria da modalidade; o segundo associado ao Palácio e à

Tapada de Mafra. Concluindo, não concordo que, numa moção sobre a atribuição de um galardão, sejam elencadas medidas a integrar no Plano Estratégico do Turismo". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos, que prestou os seguintes esclarecimentos: "de facto, confirmo que na última reunião informei que iria proceder à distribuição da informação sobre a facturação da água. Sobre o alegado aumento do preço, considero que as afirmações proferidas apenas devem resultar de distracção face ao que está a suceder nos Concelhos limítrofes. Era interessante que fossem efectuadas as devidas comparações. Quanto às questões colocadas a propósito do apoio prestado pela Câmara Municipal aos idosos, considero que, antes de mais, se deve analisar quem são as entidades competentes que têm intervenção no terreno. Posto isto, e especificamente sobre o trabalho da Câmara, direi que é muito. Para além da detecção dos casos sociais e da prestação de apoio financeiro e logístico, é desenvolvida uma dinâmica constante de interacção com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, Segurança Social, Centro de Saúde e Guarda Nacional Republicana. É um trabalho em rede e altamente profícuo. Mas, não fazemos publicidade nos jornais; preferimos investir directamente naqueles que precisam". -----

-- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo PS, tendo esta sido rejeitada com vinte e sete votos contra do PPD/PSD, onze votos a favor (nove do PS, dois da CDU) e três abstenções (uma do BE e duas do CDS/PP). -----

-- Não havendo mais inscrições, deu-se início ao período da **Ordem do Dia**, com a introdução do primeiro ponto, denominado "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**". -----

-- Não havendo intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. -----

-- Prosseguiu-se com o segundo ponto denominado "**Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas – Proposta final**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos, tendo este solicitado a intervenção do Senhor Vereador Hélder Sousa Silva, o qual efectuou a apresentação constante em anexo com a denominação de "ANEXO QUATRO". -----

-- Colocado o assunto à discussão, tomou a palavra o Senhor Joaquim Biencard Cruz, informando: "o grupo municipal do PSD congratula-se com este projecto, integrado no seu programa eleitoral". -----

-- Interveio o Senhor Manuel Pimenta, dizendo: "eu tinha algumas questões a colocar, mas a excelente apresentação do Senhor Vereador permitiu-me esclarecer essas dúvidas. O PS aprova esta proposta, considerando-a de qualidade superior e adequada para potenciar aquele local e o turismo no Concelho de Mafra". -----

-- Não havendo mais intervenções, prosseguiu-se com a votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a versão final da proposta do Plano de Pormenor de Ribeira d'Ilhas, apresentada pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no número um do artigo número setenta e nove do Decreto-Lei número trezentos e oitenta e nove de noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, na sua actual redacção. -----

-- Iniciou-se o terceiro ponto intitulado "**Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM – Dissolução**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os devidos esclarecimentos, tendo este solicitado a intervenção do Senhor Vice-Presidente, Gil Ricardo Sardinha Rodrigues, que proferiu as seguintes explicações: "depois da criação da empresa municipal, estamos hoje a votar a dissolução da Mafratlântico, que já executou e esgotou o seu objecto social. Trata-se do culminar de um processo evolutivo que

tão bons resultados produziu na melhoria das acessibilidades do Concelho, nomeadamente a designada «via municipal principal», agora A21. Na sequência da celebração do acordo com a EP – Estradas de Portugal, cumprido que foi o protocolo inicial, foi efectuada a transferência dominial da via em dez de Setembro de dois mil e dez. Portanto, face ao esgotamento do seu objecto social, propõe-se que a empresa municipal seja dissolvida. Para o efeito, o Município mandou o seu representante na Mafratlântico para apresentar a proposta e a forma de liquidação em Assembleia Geral. Os accionistas votaram favoravelmente e a proposta foi novamente apresentada ao Município, para que este pudesse remeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida dissolução, nos termos da Lei número cinquenta e três F de dois mil e seis. Neste contexto, poder-se-á perguntar: qual é o procedimento seguinte? É indicar um liquidatário, que ficará responsável pela gestão da empresa nos próximos dois anos, depois de ter sido concluída a cedência do crédito sobre a EP à Banca, no valor de duzentos milhões de euros. Em conclusão, aquilo que se pede a esta Assembleia Municipal é a dissolução da empresa municipal, sendo informada do inerente andamento do processo até à sua finalização". -----

-- No uso da palavra, o Senhor José João Costa referiu que "quero formular algumas perguntas relativamente a este assunto. É evidente que vai decorrer o prazo de dois anos para a liquidação da empresa municipal, mas gostaríamos de saber quem foi o técnico liquidatário nomeado. Reportando-nos aos mapas de resultados da empresa, gostaríamos de saber se o activo e o passivo vão cobrir os valores das expropriações que estão em litígio. Por outro lado, gostaríamos de saber se existe ainda pessoal adstrito à empresa e qual o seu destino. Vai ser absorvido pela Câmara ou passarão a ser funcionários das Estradas de Portugal?" --

-- Interveio a Senhora Dona Ana Azeiteiro, mencionando que "relativamente a este assunto, e não obstante a intenção da bancada do PS de votar favoravelmente a proposta, queremos ver esclarecidos os pontos que foram identificados pelo Senhor José João Costa, especificando: existem obrigações assumidas pela Mafratlântico por cumprir? A existirem, o património daquela empresa vai ser suficiente para cobrir ou para cumprir estas mesmas obrigações? Diz a Lei que, em caso negativo, a Câmara assumirá estas obrigações. A Câmara já está a prever esta situação? ----

-- Tomou a palavra o Senhor Joaquim Biencard Cruz para dizer que "nos parece claro que se trata aqui da consequência necessária face ao acordo estabelecido entre a Câmara Municipal, a Mafratlântico e as Estradas de Portugal, pelo que o PSD vota favoravelmente."-----

-- Em resposta às intervenções realizadas, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal explicou: "o liquidatário é o director financeiro da Pavimafra, o Doutor António Ramos. Relativamente ao activo e ao passivo, foram feitas as contas à data e quando decidimos fazer a transferência dominial e, simultaneamente, a cedência dos créditos foi numa perspectiva de equilíbrio financeiro. Isto é, os duzentos milhões de euros foi o valor apurado face ao activo que é a via e o investimento associado a essa mesma via. Neste momento, o activo e o passivo tenderão para um efeito neutro, sendo certo que não podemos esquecer que a via entre a Carapinheira e o Juncal foi considerada um bem inalienável, pelo que terá de ser acomodada nas contas da Câmara. Este valor ronda os seis a sete milhões de euros, não tendo ainda sido apurado o montante definitivo. Quanto às questões dos litígios e das contingências, o valor não depende de nós. Mas, é nossa convicção que a Câmara, a ser chamada a intervir, possa ter uma responsabilidade que decorrerá do entendimento que poderá acontecer com as Estradas de Portugal. Relativamente ao quadro de pessoal, este era muito diminuto. As situações já foram negociadas. Dos sete funcionários, ficámos apenas com uma pessoa, que exerce funções de atendimento e expediente. Finalmente, sobre as obrigações da Mafratlântico, não conseguimos prever nenhuma situação que venha a decorrer neste prazo de dois anos, só podendo ser avaliadas no momento da liquidação". ---

-- Novamente no uso da palavra, o Senhor José João Costa mencionou: "a Assembleia Municipal apenas tem intervenção neste ponto, referente à dissolução

da empresa, mas depois só poderemos efectuar o acompanhamento através do orçamento municipal, ou seja, as verbas que irão ser ou não disponibilizadas para cobrir o passivo da Mafratlântico. No entanto, tendo acompanhado a evolução da dívida da Mafratlântico junto da Banca, suponho que é superior ao valor do negócio. Pergunto também se a Estradas de Portugal já liquidou o montante devido e se a Mafratlântico já liquidou a dívida junto dos bancos, já que, se isso não aconteceu, os juros vão vencendo e a Câmara terá de assumi-los". -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "tudo o que foi negociado com as Estradas de Portugal foi por esta assumido e com os encargos inerentes perante a Banca. Portanto, a Câmara ficou desresponsabilizada de qualquer montante associado aos empréstimos contraídos. No dia dez de Setembro de dois mil e dez, todos os encargos financeiros àquela data e futuros ficaram assumidos pela empresa Estradas de Portugal. Há pouco referi-me, antes, à possibilidade de eventuais litígios e alguns pontos de divergência no acordo, sendo certo que, no limite máximo, serão três a quatro milhões de euros que a Câmara terá que acomodar. No entanto, as contas só serão fechadas daqui a dois anos, como já referi". -----

-- Tomou a palavra o Senhor António Branco, dizendo: "sejam três, cinco ou sete milhões de euros, é dinheiro a imputar ao orçamento municipal. Portanto, houve uma negociação final com as Estradas de Portugal e a tentativa de dirimir os aspectos de contencioso, mas no contrato é dito claramente que essa matéria não seria responsabilidade das Estradas de Portugal. Naturalmente, estamos preocupados". -----

-- Seguidamente, procedeu-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e nove votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, dois do PS, dois da CDU e um voto do Bloco de Esquerda) e duas abstenções do CDS/PP, nos termos do disposto na alínea l) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, aprovar a proposta de dissolução da empresa municipal Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM. -----

-- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quarto ponto da ordem de trabalhos, com o título "**Desafectação do domínio público**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que "só a Assembleia Municipal tem competência para proceder à desafectação do domínio público, transportando o terreno para o domínio privado, de modo a que Câmara possa proceder à sua permuta ou alienação, se forem esses os casos. Neste prédio, pretende-se autorização para desafectação de duas parcelas para que sejam permutadas por uma outra". -----

-- No uso da palavra, o Senhor Manuel Pimenta destacou que "obviamente que há um ganho para o domínio público. Mas, a questão é esta: porque só depois da construção estar feita, se vem colocar este assunto à aprovação? São situações que se devem evitar no futuro". -----

-- Interveio o Senhor Joaquim Biencard Cruz para referir que "o grupo municipal do PSD informa que vota favoravelmente esta proposta". -----

-- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e oito votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS e dois votos da CDU) e três abstenções (duas do CDS/PP e um voto do Bloco de Esquerda), face ao disposto na alínea b) do número quatro do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, aprovar a desafectação do domínio público para o domínio privado do Município de Mafra de duas parcelas de terreno, respectivamente, com as áreas de vinte e dois metros quadrados e sete metros quadrados, as quais se encontram devidamente identificadas na planta anexa aos documentos apresentados. Apresentou declaração de voto verbal o Grupo Municipal do CDS/PP, proferida pelo Senhor Alves Pardal, com o seguinte teor: "a abstenção do CDS/PP radica,

essencialmente, no entendimento de que a deliberação desta Assembleia Municipal sobre a eventual desafectação do domínio público devia preceder, sempre, a construção de qualquer imóvel nas parcelas de terreno em causa". -----

-- Prosseguiu-se com o ponto número cinco, designado "**Contrato em Regime de Comodato do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima e propriedade envolvente**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, em aditamento à informação previamente prestada, disse que "no contrato de comodato é referido, na cláusula décima segunda, que o valor da indemnização se estima em um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e vinte euros, tal como consta da estimativa orçamental em anexo. Porém, por lapso, essa estimativa não foi distribuída aos membros da Assembleia Municipal. Mas, este valor não acontece por acaso, mas sim apoiado numa proposta de valor estimativo orçamental que foi presente na reunião de Câmara, tendo sido assinada pela respectiva comissão. Porém, esta estimativa deverá ser corrigida no momento da aprovação do projecto para a conservação do edifício. Dito isto, e porque não tenho essa competência, não poderei retirar este ponto da ordem de trabalhos, como me foi solicitado". Mais disse que "este contrato de comodato se insere numa das prioridades do Município, que é a educação. O trabalho deste Instituto relaciona-se como o ensino dos valores, ou seja, com a formação cívica. Aliás, a Câmara Municipal já organizou, com este Instituto, várias conferências/colóquios e, ao mesmo tempo, está a ser desenvolvido um projecto educacional em algumas escolas do Concelho. Para além das vantagens enumeradas, há uma outra que é inequívoca: a recuperação do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima. Como bem sabemos, a Câmara Municipal não tem, neste momento e nos tempos próximos, disponibilidade financeira para fazer esta obra". -----

-- Tomou a palavra o Senhor Alves Pardal, referindo: "analisámos este projecto e deparámo-nos com a ausência de um anexo, que devia integrar o contrato. Constatámos, também, que houve uma proposta do Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto, para ser deliberada junto do Executivo Municipal. Depois, verificámos a existência de uma outra proposta, pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, que é a minuta do contrato de comodato para ser presente à Assembleia Municipal. Faltando o anexo referido, falei com o Senhor Presidente da Câmara no início da reunião. Para nós, é essencial que toda a documentação conste aqui, para que a possamos analisar atempada e criticamente. Sem pôr em causa a idoneidade do projecto, vamos abster-nos, uma vez que não temos todos os elementos à disposição". -----

-- Interveio a Senhora Dona Beatriz Gonçalves, dizendo: "verificou-se que o anexo não foi mesmo distribuído e também gostaríamos de ter tido acesso ao mesmo. Num contrato de comodato, sabemos que, no final do prazo, o imóvel será restituído a quem o cedeu. Considero as contrapartidas muito altas, tendo em conta que o Instituto vai usufruir do espaço durante trinta anos. Não conheço em pormenor o protocolo de cooperação que a Câmara Municipal celebrou com o Instituto. Congratulo-me, todavia, por ter conhecimento no terreno das actividades que foram desenvolvidas nas escolas básicas do primeiro ciclo do Concelho de Mafra, bem como pelas palestras a que assisti e pelo torneio «Led's Family». No entanto, as famílias não foram muito envolvidas, tanto quanto deviam, e elas são parte integrante para que o projecto chegue a bom termo. Não sei o que podemos esperar mais, pois desconheço o protocolo de colaboração, e gostaria que este projecto pudesse ter continuidade nos ciclos seguintes e que fosse mais abrangente". -----

-- Também sobre este ponto, tomou a palavra o Senhor Filipe Infante, salientando que "na visão da bancada do PSD, estão aqui em causa duas questões: por um lado, recuperar e dar vida a um importante património; por outro, garantir um conjunto de vantagens educativas, sociais e culturais para o nosso Concelho. Assim sendo, a bancada do PSD irá votar favoravelmente a proposta apresentada". -----

-- No uso da palavra, o Senhor António Branco referiu que "estávamos na expectativa de desenvolver plataformas que nos pudessem levar a apoiar um projecto que tem algumas mais-valias reconhecidas. De facto, face à insuficiência de elementos, que são essenciais para a apreciação do contrato, nós achamos que não temos condições para votar favoravelmente. Vamo-nos abster neste ponto". ---

-- Face às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "julgo que o que poderia ser discutido é a idoneidade do Instituto e a validade dos protocolos, não o orçamento que é o único documento que não foi previamente distribuído, mas que é meramente indicativo. Também não corresponde à verdade aquilo que foi dito relativamente ao envolvimento das famílias, que se envolvem na exacta medida em que se querem envolver. Se não tivemos mais participantes nas actividades, foi porque os pais não quiseram". -----

-- Colocado este assunto à votação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor do PPD/PSD e catorze abstenções (duas da CDU, nove do PS, um do BE e dois votos do CDS/PP) aprovar a minuta do Contrato em Regime de Comodato do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima e propriedade envolvente, a celebrar entre o Município de Mafra e o Instituto Luso-Ilírio para o Desenvolvimento Humano (ilIDH), atento o disposto na alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. Apresentou declaração de voto o Grupo Municipal da CDU, proferida pela Senhora Dona Licínia Quitério, com o seguinte teor: "achamos louvável a intenção de recuperação do Palácio dos Marqueses de Ponte de Lima, há muito necessária e urgente. A cedência por trinta anos, renováveis, parece-nos, efectivamente, uma dádiva *ad aeternum* e, na prática, a alienação de património municipal para mão de privados com toda a perda de direitos da população sobre um edifício histórico, intimamente ligado à vida da vila, anterior ao Convento, e sem que a Autarquia fique com o controlo da utilização. Não conhecemos o segundo outorgante do contrato, pelo que temos alguma dificuldade em entender porque toma a seu cargo tão pesada tarefa de recuperação do edifício a troco de algo que não é explícito, aparentemente quase nada. Não se trata de desconfiança, mas de desconhecimento. Quanto às actividades que se propõem desenvolver no Palácio, e que pelos vistos já desenvolvem em outras instalações do Município, parece-nos um projecto ambicioso, mas bastante vago na definição dos conteúdos e metodologia. Uma escola de valores, pensamos, será algo do domínio ideológico, doutrinário, com altíssima responsabilidade na formação das gerações futuras e que deveria ser objecto de apreciação aprofundada por um vasto leque de especialistas independentes. Os nomes que nos são indicados não bastam para nos assegurar a qualidade e proveito de tal ensino. Numa primeira avaliação, aparecem-nos muitos nomes desconhecidos dos meios científico e pedagógico, como não seria de supor num plano de tão largos propósitos, e outros cuja ausência de qualificação não abona a favor da conveniência da sua intervenção no projecto. Na carência de mais dados para a avaliação do projecto de tal relevância, a CDU abstém-se". -----

-- De seguida, passou-se à discussão do último ponto da ordem de trabalhos, denominado "**Alteração da sinalização de trânsito em vários arruamentos do Concelho de Mafra, durante o ano de dois mil e dez**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo este informado: "tal como a Lei permite, nós vamos estabelecendo alterações na sinalização de trânsito, que podem ter esse estatuto provisório durante um ano. Decorrido um ano, foi efectuado o balanço dessas alterações e produzido um documento global para aprovação. Nesta proposta estão duzentos e trinta e três novos sinais, quatro sinais foram retirados e dezasseis novas passagens de peões". -----

-- No uso da palavra, o Senhor Alves Pardal referiu: "a proposta cumpre a regulamentação existente. Analisámos os diversos planos, em número de quarenta e quatro, e todos eles estão dentro do prazo. Apenas um lapso na planta número

vinte e oito, onde consta apenas a indicação do mês, «Outubro», e não o ano. Deixo uma pequena observação quanto à planta trinta e dois, referente à Rua dos Bombeiros Voluntários de Mafra: é referida a retirada de dois sinais de sentido proibido, nomeadamente junto ao cruzamento com a Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, sem mais informar. Pois bem, no preciso local, esses dois sinais de trânsito de sentido proibido foram efectivamente retirados, mas foram colocados mais abaixo e não constam do mapa. Mais, mantém-se no cimo da Rua Doutor Carlos Galvão o sinal de sentido único, mas inverso ao que agora consta. Portanto, as alterações efectuadas pelo Executivo Municipal vão no sentido de tornar a Rua dos Bombeiros Voluntários sempre em sentido descendente, o que contraria o que está no mapa. Gostávamos ainda de alertar o Executivo Municipal para uma questão que é o facto desta Rua dos Bombeiros Voluntários coincidir com as traseiras do quartel. Acontece que o Município colocou pilaretes para impedir o estacionamento em cima do passeio, mas o que sucede é que existem viaturas que continuam a estacionar e portanto ocupam a via". -----

-- Interveio, também, o Senhor José João Costa, tendo este mencionado: "recebi o documento sem as plantas, portanto não tivemos a oportunidade de apreciar este assunto convenientemente. Queria ainda alertar que estes sinais de trânsito são colocados ao longo do ano, mas para serem oficiais têm de ser aprovados pela Assembleia Municipal. Conheço situações em que a Guarda Nacional Republicana vai tentar autuar os automobilistas e, se estes souberem que os sinais não estão aprovados nesta Assembleia, fazem tábuia rasa do auto. Porquê é que os sinais, antes de serem colocados, não vêm à Assembleia para aprovação?" -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que "os mapas não foram distribuídos aos grupos municipais para poupança de custos, mas estavam disponíveis para *download*. De qualquer forma, o regulamento diz que os sinais podem estar provisórios durante um ano". -----

-- Novamente no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que "no regulamento aprovado na Assembleia Municipal, no artigo quarenta e sete, refere-se que os sinais podem estar até um ano sem postura municipal. Quanto à sinalética na Rua dos Bombeiros Voluntários de Mafra, pode ser um erro gráfico. Relativamente ao estacionamento abusivo, é uma questão que compete às forças da segurança, que deve actuar". -----

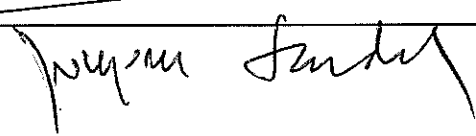
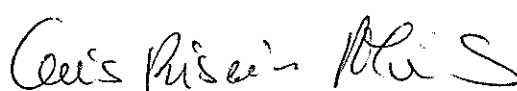
-- Passou-se à votação. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e nove votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS, dois CDU e um voto do Bloco de Esquerda) e duas abstenções do CDS/PP, nos termos conjugados na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, e do artigo quarenta e sete do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, aprovar as alterações da sinalização vertical e horizontal, efectuadas durante o ano de dois mil e dez, motivadas por obras de remodelação ou pela melhoria das condições de segurança nos cruzamentos, entroncamentos e vias, de acordo com as plantas apresentadas. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**, não se tendo verificado qualquer inscrição. -----

-- Sob proposta do Presidente, a Assembleia Municipal de Mafra decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objecto de deliberação na presente reunião, a fim das respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e onze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra, quando passavam quarenta e dois minutos das vinte e três horas. -----

-- Para constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

MOÇÃO

O Grupo Municipal de Mafra do PS congratula-se com a atribuição à Ericeira do estatuto de Reserva Mundial de Surf pela organização Save the Waves, cobrindo toda a faixa costeira de 4Km entre a Praia da Empa e a Praia de S. Lourenço, contemplando as ondas da Pedra Branca, Reef, Ribeira de Ilhas, Cave, Crazy Left, Coxos e S. Lourenço.

Este galardão de Reserva de Surf, concedido por aquela organização norte americana, é o 2º a nível mundial e o primeiro na Europa, e tem por objectivo genérico assegurar a preservação do ambiente costeiro para o desenvolvimento da prática do surf, sendo a sua atribuição assente num conjunto de critérios de selecção associados à qualidade das ondas, à importância do Surf e sua História, às características ambientais e, ainda e sobretudo, ao apoio da comunidade local.

No âmbito do apoio local queremos relevar o apoio assumido pela Câmara Municipal de Mafra na preparação da candidatura que foi apresentada em Outubro de 2010, que recebeu também o apoio de diversas entidades públicas e privadas a nível nacional, na promoção desta candidatura a nível global e sobretudo nos media e nas funções de articulação institucional (com diversas entidades das Secretarias de Estado do Ambiente, do Turismo, das Infraestruturas Portuárias, associações desportivas, empresas e escolas de surf), que possibilitaram a concretização, com sucesso, do estatuto de "Reserva Mundial" de Surf.

De entre as entidades que, como parceiras, se envolveram nesta candidatura não queremos deixar de destacar o apoio da Junta de Freguesia da Ericeira à consolidação da candidatura, designadamente a sua iniciativa na promoção e concretização de uma Conferência / reunião, conjuntamente com o Ericeira Surf Clube, onde foram debatidos diversos aspectos ligados ao ambiente e ao ordenamento da orla costeira, sob o tema genérico "Salvar Ondas e Orlas Costeiras", que se realizou na Casa da Cultura Jaime Lobo e Silva, no passado dia 12 de Fevereiro.

O Plano de Pormenor da Praia de Ribeira d'Ilhas, que hoje é apresentado pela Câmara Municipal de Mafra para aprovação por esta Assembleia Municipal, é

Plano de Pormenor da Praia de Ribeira d'Ilhas
2 do CDS e 1 do BE
14 votos a favor
do PS e 2 do CDU

27/2/2011

V

A

um instrumento de ordenamento que vai de encontro às novas exigência de protecção ambiental que nos é exigido pelo estatuto de "Reserva de Surf", dotando a Praia de Ribeira de Ilhas das infraestruturas adequadas à prática deste desporto no cumprimento das boas práticas ambientais.

Todas as entidades políticas, institucionais, associativas e, sobretudo, os agentes económicos devem olhar este galardão que é concedido ao Concelho de Mafra, como um ponto de partida e um desafio para o desenvolvimento económico, turístico e ambiental do concelho, em que o surf, e as actividades a ele ligadas, aparece como a actividade âncora.

Para além da necessidade adaptar a oferta de alojamento, restauração e serviços de apoio à actividade desportiva às necessidades associadas à realização dos grandes eventos internacionais de Surf, de que é exemplo a realização do próximo Campeonato do Mundo na versão prime em Junho do corrente ano, exige toda uma estratégia de manutenção e de reforço da qualidade da oferta, que passa, entre outras, por diversas intervenções:

- responsabilidades acrescidas do Município, no sentido de assegurar a construção das infraestruturas locais já previstas e pela promoção da actividade do Surf ao longo de todo o ano nas praias da Ericeira;
- reforço de competências e disponibilidade de adequadas dotações financeiras, por parte das freguesias da Ericeira e de Santo Isidoro, na promoção de boas práticas ambientais;
- promoção e implementação de estratégias adequadas de utilização das infraestruturas locais como o Parque de Campismo (por exemplo, a assinatura de protocolos com Associações de Surf), pela criação de novas infraestruturas de alojamento adequadas a uma população jovem envolvida directa ou indirectamente nas actividades surfistas (Pousada da Juventude, por exemplo), entre outras;
- e, sobretudo, criação de um "cluster" turístico, ambiental, desportivo e cultural de actividades diversificadas no Concelho de Mafra, gerador de riqueza, criador de novos empregos e ambientalmente sustentável.

O Grupo Municipal do PS

25 de Abril de 1974

Se P de C. - Ser Ven. Com. G. 15

Reunioes de Ass. P.
Financ. Senhores e
Meus Senhores

Ficámos neste dia a dever a
muitos homens e mulheres que com
grande coragem desafiaram a ordem
estabelecida lutando pela liberdade.

Intermuitos heróis de Abril
conta-se um homem discreto, reser-
vado a quem os mofenses devem
uma inequívoca homenagem.

Estava referir-me ao Coronel Ur-
tor Alves, um capitão de Abril.

Foi em um janeiro de 2011 sendo
a sua morte e volta por um
inqualificável esquecimento, comu-
ficado por tristes medichismos da
~~que me disse~~ nossa comunidade social

Filho de 17 de onde nasceu a
30 de Setembro de 1935 (75 anos),
foi membro da comissão coordi-
nadora do TFS e do conselho de
Redação do seu periódico. Foi tam-
bém o responsável pelo conteúdo
divulgado à população

Juntamente q Odeio Saucua de
Cavalho foi responsável pelo supor-
to militar e político do Movimento
Libertador.

Foi, entre outros cargos que desem-
peñou:

- membro do Conselho de Estado
- membro do Conselho de Revoluç
- ministro s/ postas dos II e III
Governos Provisórios
- ministro de Educç e Inven-
tifer, Científica do VI Governo
Provisório
- Conselheiro pessoal do Presiden-
te General Raulinho Fares

Viu a sua posterior carreira pre-
miada, entre outros, pelo impozi-
ç de Grã-Cruz do Orden de
Liberdade em 1982 ao tpo do Re-
sidenci de Rep. G. Raulinho Fares.

Reformou-se em 1991 sendo pro-
movido a Coronel em 2001.

A propósito de sua morte disse
Vasco Lourenço:

"Portugal ficou sem um cidadão
de primeiro." V
h

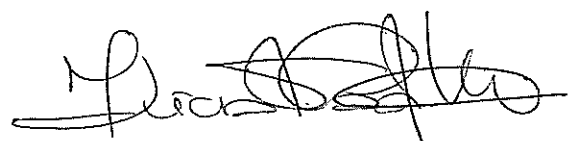
Deus-me a ausência que
tinha também

A ele net deve Portugal.

A ele net deve Tago que se
orgulha, obviamente, dos seus
filhos, sabd qd tem sua aca
contribuem para um Portugal
mais livre e mais justo.

Peste nos - me, por isso, ex
nosse homenagem.

Obrigado!



Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Exmos Deputados Municipais

Minhas Senhoras/ Meus Senhores

levantar o grau de consciência na sua casa

O caso de Augusta Martinho em Sintra mostrou da forma mais brutal a incapacidade das autoridades e da sociedade para fazerem face aos problemas dos idosos no nosso País.

Dos mais diversos sectores da sociedade (responsáveis políticos, TV, rádio, jornais) inclusive e sobretudo da Igreja se ouviram vozes perplexas e indignadas.

Hoje todos têm razão.

Câmara
Sr. Presidente da ~~Assembleia~~ Municipal

Minhas Senhoras/ Meus Senhores

A minha pergunta é: o que tem feito a CM Mafra para minimizar estas situações de idosos que vivem sozinhos ou em situação de abandono?

Existe algum plano integrado ou rede concelhia de protecção ao idoso liderado pela Câmara Municipal que permita a monitorização destas situações sociais, inclusive as da violência e que permita intervir em tempo útil?

Disse

Mário Pereira



PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

Fevereiro 2011



PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

A OPORTUNIDADE DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS ENQUADRA-SE:

- na ESTRATÉGIA CONCELHIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DO LITORAL, repondo um padrão de qualidade e usufruto compatível com a qualidade paisagística do local e com o seu potencial de desenvolvimento e de atractividade;
- na DEFESA DE UM TERRITÓRIO VULNERÁVEL, com problemas de erosão, originando situações de risco de pessoas e de bens, como se verifica em alguns aglomerado litorais e zonas balneares.
- no âmbito das acções programáticas da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 21 (UOPG) do PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA DE ALCOBACA-MAFRA (POOC)

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

OBJECTIVOS:

- O ZONAMENTO dos espaços públicos e o reordenamento dos acessos à praia;
- A promoção de acções de gestão urbanística, tendo em vista o reordenamento da zona envolvente à praia para DINAMIZAÇÃO DE UM PÓLO DE APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS RELACIONADAS COM DESPORTOS DE ONDA, através da localização de estruturas permanentes de apoios aos eventos relacionados com estas actividades;
- A REABILITAÇÃO e ou reconstrução das edificações existentes na adjacência da praia;

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

OBJECTIVOS (cont.):

- A ARTICULAÇÃO e enquadramento das intervenções a realizar no âmbito do plano de praia;
- A valorização e tratamento das margens na embocadura da foz do RIO DO CUCO;
- Infra-estruturação da praia através de SOLUÇÃO DE CONJUNTO, garantindo acessibilidade à praia de pessoas com mobilidade condicionada.

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC



PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

LOCALIZAÇÃO

A Área do Plano de Pormenor da Ribeira de Ilhas compreende cerca de 15ha, dos quais 9,5ha fazem parte da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 21 – Ribeira de Ilhas, definida no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobça-Mafra.

É delimitada a Norte pelas Arribas do Vale do Rio do Cuco, a Nascente e a Sul pela Estrada Nacional 247 e a Poente pelo Atlântico.

RELEVO

Relativamente à altimetria, da área em análise, esta varia entre os 0 m ao nível do mar e da praia, no vale as cotas rondam os 5 – 6m e nas arribas os 40 – 50m, até ao topo, o que dá à área a sua particularidade e o VALE AMPLO ENCAIXADO ENTRE AS ARRIBAS.

Em relação aos DECLIVES, os valores variam entre os 0 e os 5%, no vale e nas zonas de arribas chegam aos 20 – 30%.

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

O RIO DO CUCO OU RIBEIRA DO CUCO,

Marca a divisão entre as freguesias da Ericeira a Sul e de Santo Isidro a Norte, encaixando o areal da praia de Ribeira de Ilhas, entre as arribas do Alto da Ribeira de Ilhas e do Penedo do Mouro, prolongando-se numa zona plana de cariz agrícola em ambas as margens de linha de água, até encontrar a ER 247, que liga Torres Vedras à Ericeira.

As características climáticas da área, explicam o regime temporário do Rio. Por outro lado, quando ocasionalmente ocorrem episódios intensos de precipitação, podem ocorrer situações de cheia, dada a deficiente capacidade de escoamento das águas.



ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS



Na área enquadrada no Plano, encontramos três habitats naturais (contemplados no Plano Sectorial da Rede Natura 2000):

- Arribas com vegetação das costas mediterrânicas com *Limonium spp* endémicas,
- Matos termomediterrânicos pré-desérticos;
- Dunas Litorais com *Juniperus spp*

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS



A arriba Sul/Ponte, devido à sua condição de instabilidade ou de potencial instabilidade, foi emitido um "Parecer sobre as condições de estabilidade da arriba Sul/Ponte da Praia de Ribeira de Ilhas em Mafra", onde foram assinaladas três zonas geotécnicas: ZONA GEOTÉCNICA A. Esta unidade apresenta perigo de desmoronamento do material rochoso aflorante

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

ZONA GEOTÉCNICA A

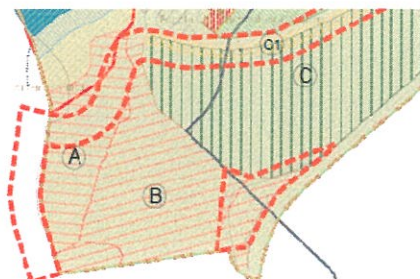
Esta unidade apresenta perigo de desmoronamento do material rochoso aflorante;

ZONA GEOTÉCNICA B

Observam-se ravinamentos resultantes da escorrência superficial. No topo de esta unidade, pode-se observar também a fissuração do pavimento do miradouro e do parque de estacionamento. Assim mesmo, é possível observar a destruição de parte do percurso pedonal como consequência dos fenômenos erosivos;

ZONA GEOTÉCNICA C

Na face da arriba observam-se ravinamentos resultantes da escorrência superficial e duas cicatrizes de rotura. Refira-se a falta de suporte originada pela escavação na base dos depósitos da face da arriba para construção do acesso rodoviário à zona balnear.



ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS



Apesar da tentativa de enquadramento tanto na envolvente paisagística como no espírito e cultura temática específica, é óbvia a desqualificação da construção e a necessidade de REPONDERAÇÃO GLOBAL do espaço e o REORDENAMENTO da sua utilização de uma forma coerente.

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS



A afluência de utilização crescente, claramente desproporcionada com a capacidade de carga actual do espaço, conduziram a uma situação de DESORGANIZAÇÃO e algum desequilíbrio que se adensa, em alturas de grande pico de procura (bom tempo, verão, finais de semana, etc.), influenciando a experiência de utilização da praia, baixando os níveis de qualidade, conforto e segurança.

Acresce referir que é na falta de intervenção regrada e global no espaço e fundamentalmente na reavaliação dos circuitos de acesso e estacionamento automóvel, garantindo a salvaguarda dos valores ecológicos fundamentais que devem fundamentar os eixos de intervenção.

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

RESUMO da ANÁLISE:

- a DESQUALIFICAÇÃO do edificado;
- a DISFUNCIONALIDADE dos circuitos rodoviários e das interfaces funcionais;
- a SALVAGUARDA do Património Natural e das valências paisagísticas;
- a formulação de critérios de SUSTENTABILIDADE no Planeamento das actividades futuras, enquadrando-as equilibradamente com a capacidade de carga da totalidade do espaço e de cada um dos seus sub-espacos;
- o aproveitamento e valorização do POTENCIAL associado ao surf e aos desportos de onda, como motor de desenvolvimento local, com expressão alargada em termos sociais, culturais e económicos.

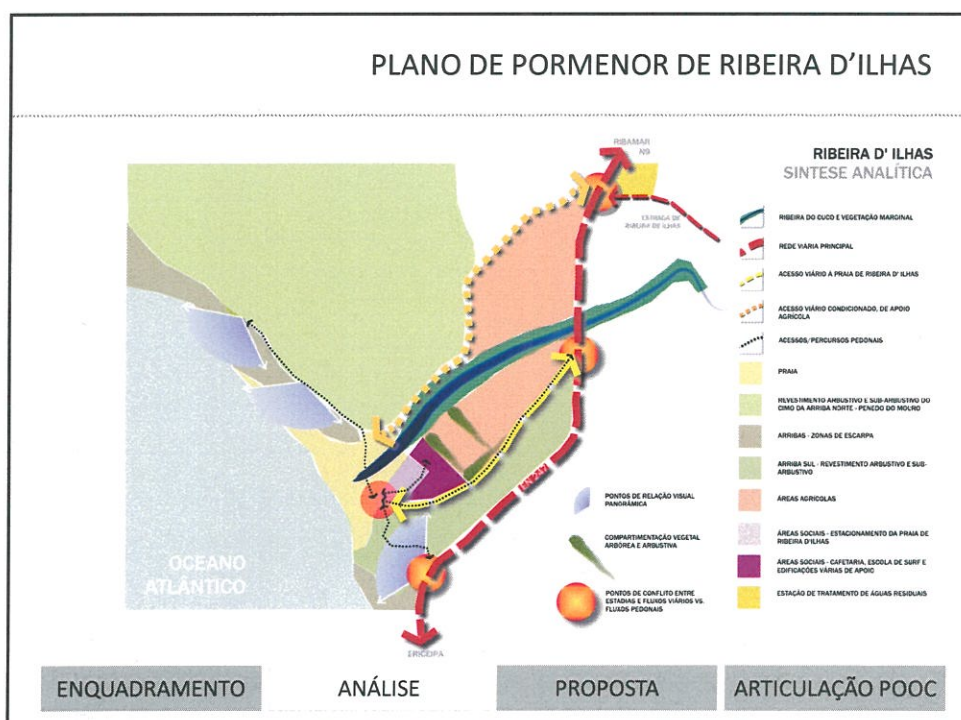
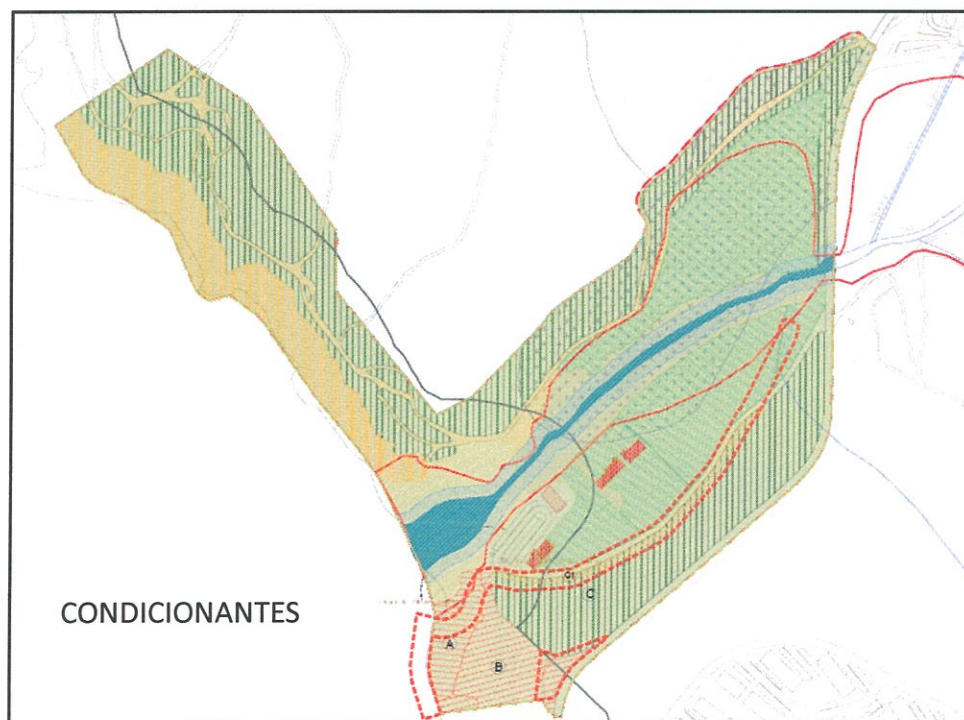
ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

27/4/2011



PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

CONDICIONANTES E FAIXAS DE RISCO

	ÁREA (m²)		
	Total na Área do Plano	Total alvo de intervenção * Situação Actual	Total alvo de intervenção * no Plano
REDE NATURA 2000	151 250	16 012	22 075
REN	146 531	16 012	22 075
RAN	42 996	0	1 352
ZONA AMEAÇADA POR CHEIAS	39 239	0	1 293
FAIXA DE RISCO DAS ARRIBAS	8 808	2 603	2 927
DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO	61 188	3484	4453
Área total do Plano	151 250		

* com edificado ou pavimentação

ENQUADRAMENTO

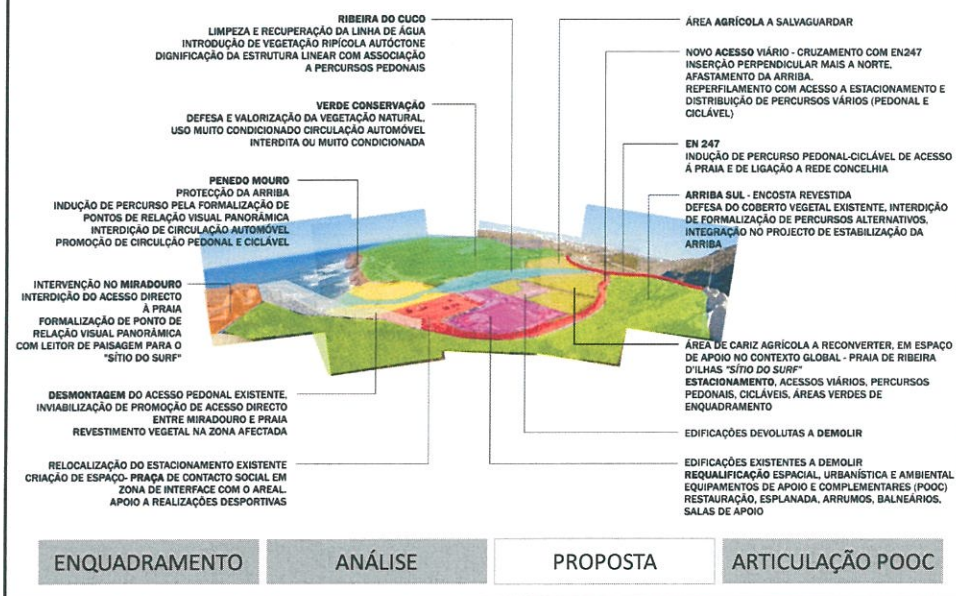
ANÁLISE

PROPOSTA

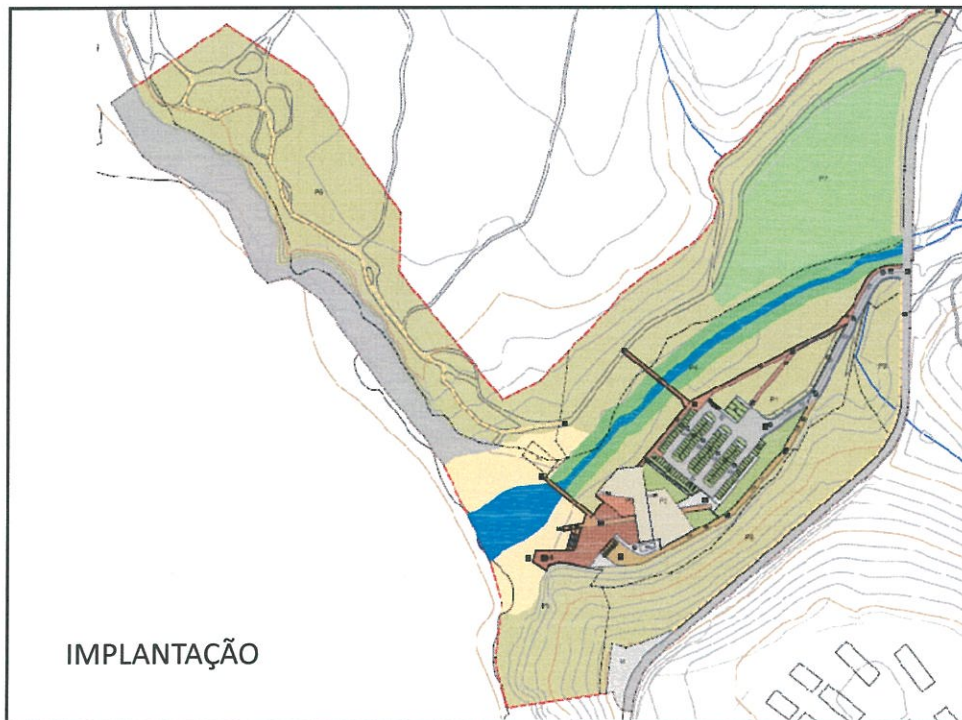
ARTICULAÇÃO POOC



PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS



IMPLANTAÇÃO



PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

INTERVENÇÃO NO RIO DO CUCO



- INTEGRAR a linha de água num corredor verde, garantir o caudal ecológico e reperfilamento da secção de vazão para um eficiente escoamento torrencial das águas;
- Promover a REQUALIFICAÇÃO BIOFÍSICA E PAISAGISTICA, com a reinstalação de galeria ripícola;
- Identificar fontes de POLUIÇÃO, a montante do troço do rio, por forma a incrementar a qualidade da água.
- Intervir de acordo com princípios de conservação da natureza e reabilitação ambiental usando, em alternativa a materiais artificiais, utilizando para tal métodos e técnicas ecologicamente adequadas, de "engenharia natural".

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

INTERVENÇÃO NO SISTEMA DUNAR



- Aplicação de técnicas de redução da mobilidade do substrato criando assim condições para o ESTABELECIMENTO DA VEGETAÇÃO.
- Utilizando canas dispostas em cortina, (paliçadas) perpendicularmente à direcção predominante dos ventos, as partículas arenosas ficam retidas e criam-se condições para que a vegetação se possa desenvolver.

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

INTERVENÇÃO NAS ARRIBAS



ARRIBA NORTE – PENEDO MOURO

- RESTAURAR E REDUZIR a erosão nas zonas ravinadas já existentes quer pela regulação do seu uso por parte das pessoas e proibição do passagem de veículos motorizados.
- INDUZIR percurso único e recuperação/regeneração do coberto vegetal autóctone

ARRIBA SUL – PROJECTO DE ESTABILIZAÇÃO DA ARRIBA

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

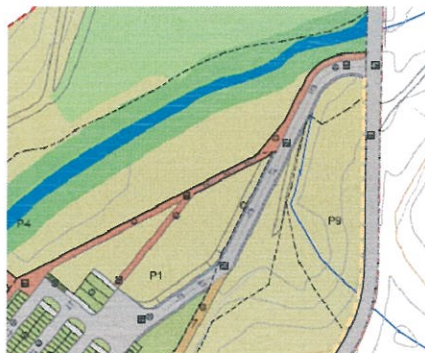
PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

SISTEMA FUNCIONAL

- Deslocalização da intersecção do acesso à praia com a ER 247

- Reperfilamento e requalificação do acesso viário, com formalização de zona de estacionamento automóvel, em espaço junto ao interface com a ER 247, dimensionado num total de:

- 138 lugares para automóveis ligeiros;
- 3 lugares para pesados de passageiros;
- 5 lugares para veículos de cidadãos de mobilidade reduzida.



ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

SISTEMA FUNCIONAL

- Utilização de betuminoso na via principal de acesso até à entrada do estacionamento com pavimento semi-permeável pavê de betão nas circulações interiores.
- Nos lugares de estacionamento, o pavimento a utilizar será também semi-permeável, em grelhas de enlramento;
- Formalização de acesso viário alternativo e pontual, de serviço e emergência, em material permeável solto.



ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

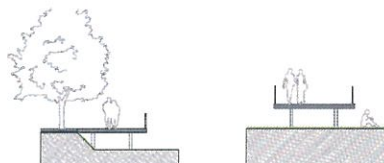
PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

SISTEMA FUNCIONAL

- Formalização de PERCURSOS PEDONAIS de longo alcance e interesse diversificado,
- Constituem-se em estrutura SOBREELEVADAS formada por estacaria e estrado de estrutura reticular em madeira,
- Prevê-se a formalização de percurso pedonal ao longo da ER 247, em conforto e segurança, que permita uma acesso entre o miradouro e a praia no seu contexto alargado, como ALTERNATIVA à escadaria que actualmente existe.



ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

SISTEMA FUNCIONAL

- Culminar lógico dos percursos pedonais no areal, com formulação de espaço alargado, em deck de madeira, de encontro social, estadia, esplanada, realização de eventos e relação visual panorâmica com a praia;

- Pretende-se que este espaço se desenvolva a uma cota superior à praia, mas que na sua solução construtiva, preveja a manutenção de sólida base de protecção contra o avanço marinho



ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

EQUIPAMENTOS

- Elementos agregadores e distribuidores de fluxos. Localização estrategicamente associada à transição entre a chegada dos utilizadores (e estacionamento) e a posterior orientação visual e funcional para a grande praça e para o areal.

- EQUIPAMENTO COM FUNÇÃO DE APOIO DE PRAIA (Ea) a instalar na parcela P3:

- restauração e esplanada;
- balneários;
- primeiros socorros;

- EQUIPAMENTO DE APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS DE ONDA (Ed) a instalar na parcela P2:

- espaços de formação;
- espaços de convívio;
- espaços de apoio logístico



ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC



PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

- A proposta de intervenção, enquadra-se no conjunto de definições estratégicas traçadas pelo Plano de Praia P70 do POOC Alcobaça Mafra, tipo II – uso intensivo, que corresponde a praias de forte afluência, geralmente relacionadas com uma procura específica, não associadas a frente urbana, localizando-se normalmente na proximidade de aglomerados urbanos.

- Pequenas discrepâncias poligonais, fruto do DESENVOLVIMENTO MAIS APROFUNDADO AO NÍVEL DO DESENHO URBANO;

- REDEFINIÇÕES ao nível das estruturas edificadas, para responder programaticamente ao previsto em termos de Equipamento com Funções de Apoio de Praia e equipamento de apoio às actividades desportivas de onda;

- redesenho da plataforma entre a zona edificada e o areal, estendendo-se este um pouco mais para Nascente, criando MAIS ÁREA ÚTIL DE PRAIA.

- deslocação dos perímetros definidos para estacionamento aglutinando-o NUM SÓ ESPAÇO a Nascente;

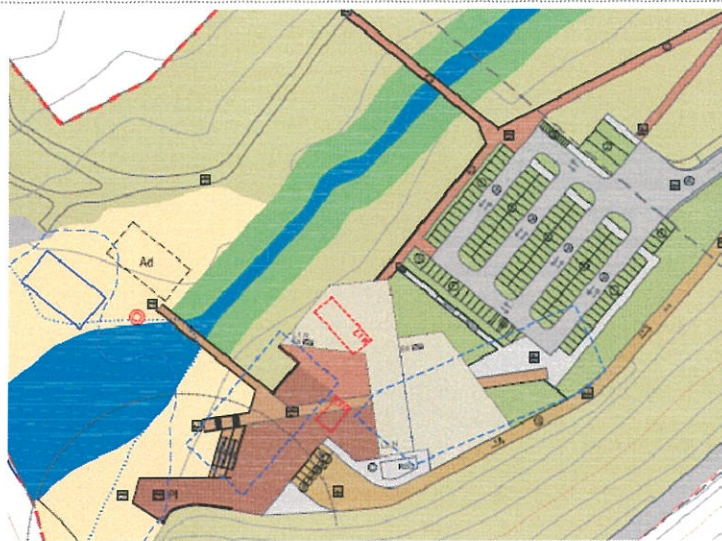
ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS



ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

Reformulação das áreas definidas para implementação do Plano de Praia, reflectindo a tabela seguinte, as diferentes ponderações tidas em conta, entre a situação existente, as intervenções previstas em Plano de Praia e as propostas em sede de Plano de Pormenor.

	OBS.	ÁREA (m²)
SITUAÇÃO ACTUAL – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	Ruínas	447,95
	Construções Ilegais	631,3
	Construções Legais	207,7
	Total	1286,95
CONSTRUÇÕES PROPOSTAS PELO PLANO DE PORMENOR	P02 – Ed - Iu = 0,2	467
	P03 – Ea – Iu = 0,2	298
	Total	765

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

ARTICULAÇÃO POOC

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

A proposta de implantação do PP de Ribeira D'Ilhas resulta assim numa DIMINUIÇÃO da área construída existente e em funcionamento, de 838 m² (1286,95 m² contabilizando a totalidade de ruínas) para um máximo admissível no novo projecto de 765 m² no total das parcelas.

ENQUADRAMENTO

ANÁLISE

PROPOSTA

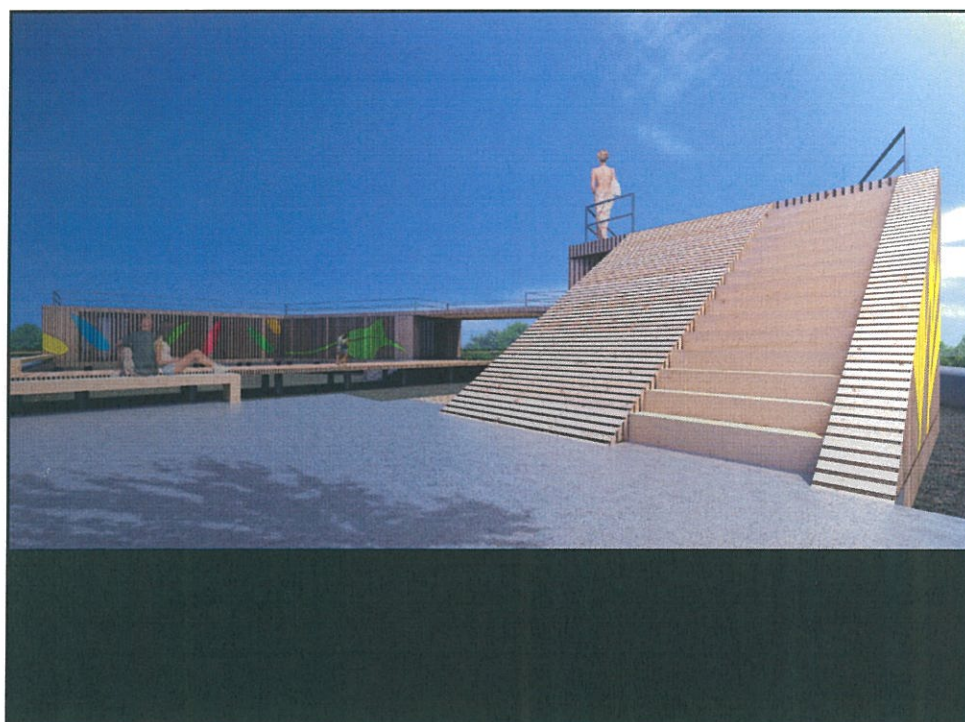
ARTICULAÇÃO POOC



27/4/2011



27/4/2011



27/4/2011

PLANO DE PORMENOR DE RIBEIRA D'ILHAS

Agradecimentos:

- ARH-Tejo
- ICNB
- Capitania Porto de Lisboa e Cascais (delegação Marítima da Ericeira)
- Técnicos que colaboraram no desenvolvimento do projecto

Obrigado
heldersilva@cm-mafra.pt